

A parentalidade e sua correlação com a intergeracionalidade e as relações conjugais

Parenthood and its correlations with intergenerationality and marital relations

Ana Carolina dos Santos Leonardo¹; Marcia Valeria Reis Beckman²

RESUMO: A presente pesquisa versa a respeito da parentalidade e sua correlação com a intergeracionalidade e as relações conjugais, tendo como objetivo principal analisar como a intergeracionalidade pode impactar a relação entre pais e filhos. Apresenta como procedimento técnico o levantamento de campo com propósito exploratório por meio de uma abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa quatro casais heterossexuais, casados ou que moram juntos, com idades entre 25 e 50 anos, brasileiros, domiciliados em São Luís do Maranhão e com filhos de até 12 anos de idade. A coleta de dados aconteceu por meio de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada contendo informações relativas ao processo de criação, educação, valores morais, cuidados domésticos e com as crianças, tempo de lazer e trabalho, bem como questões relativas ao processo disciplinar, entre outras. Todas as perguntas foram respondidas pelos pais, de forma individual, trazendo a forma de criação que tiveram dos seus respectivos pais e como fazem atualmente na criação dos seus filhos. Os resultados indicaram a presença de transmissão intergeracional de valores, comportamentos relativos às práticas parentais, vida conjugal e cuidados domésticos e com os filhos. Todavia, há também a presença de outros fatores que não apenas a reprodução dos comportamentos aprendidos com os pais, mas que advém das experiências de vida, relacionamento conjugal, entre outros.

Palavras-chave: Intergeracionalidade; Parentalidade; Adoecimento Psíquico; Relação Conjugal; Pais e Filhos.

ABSTRACT: This research addresses parenthood and its correlation with intergenerationality and marital relationships, aiming to analyze how intergenerationality can impact the relationship between parents and children. The research uses a field survey as an exploratory technical procedure with a qualitative approach. Four heterosexual couples, aged between 25 and 50 years, married or cohabiting, Brazilian, residing in São Luís, Maranhão, and with children up to 12 years old, participated in the study. Data was collected through a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview, which included questions related to parenting processes, education, moral values, domestic and child care, leisure and work time, including issues related to the disciplinary process, among others. All questions were answered individually by the parents, revealing the way they were raised by their respective parents and how they currently raise their children. The results indicated the presence of intergenerational transmission of values and behaviors related to parenting practices, marital life and domestic and child care. However, there were also other factors at play, beyond merely reproducing behaviors learned from their parents, but resulted by life experiences, marital relationships, among others.

Keywords: Intergenerationality; Parenthood; Psychological Illness; Marital Relationship; Parents and Children.

INTRODUÇÃO

Existem alguns fatores que podem influenciar na saúde mental das pessoas e poder compreender alguns deles detêm grande relevância para manutenção da qualidade de vida dos indivíduos. Um destes fatores é como se estabelece a relação entre pais e filhos, tornando a parentalidade um ponto importante pois, por meio dela, surgem as primeiras formas de aprendizado e de relacionamento. Assim, é possível identificar, na maneira que se dá tais relações, determinados preditores dos adoecimentos psíquicos que podem surgir destes primeiros vínculos.

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade CEUMA. E-mail: anacarolina.leonardo@outlook.com

² Prof (a). Mestre da Universidade CEUMA. E-mail: marcia003219@ceuma.com.br

Nesta pesquisa alguns fatores foram investigados, tais como a forma de agir e que perpassa gerações conhecido também como intergeracionalidade, seus possíveis impactos no processo parental e, de que maneira, as relações conjugais podem influenciar no desenvolvimento psicossocial dos filhos.

Desta forma, a presente pesquisa se valerá, principalmente, de autores clássicos para seu embasamento teórico, tais como *Zimerman, Osório, Lacan, Bowlby, Vygotski, Winnicott*, entre outros, que apresentem estudos e pesquisas voltadas para a compreensão dos fenômenos familiares e sociais.

A família e a intergeracionalidade

Todo indivíduo constitui-se com base em relações estabelecidas com outras pessoas e, ao nascer, essa relação é ainda mais crucial, pois por meio dela que sua sobrevivência se sustenta. Em suas primeiras vivências, de posse da percepção do funcionamento dessas relações, este novo ser vai aos poucos entendendo sua condução, bem como as características singulares que determinam a ação daquele pequeno grupo em que está inserido: a família.

Para Zimerman e Osório (1997), a família é considerada um grupo original com características distintas, sejam elas ambientais, culturais, sociais, econômicas, religiosas e políticas, e é nesse grupo, regido internamente por normas, leis e comportamentos próprios, que cada indivíduo se constitui enquanto pessoa. Contudo, muito mais que primar pela preservação da espécie, a família possui papel extremamente relevante de oferecer a seus membros meios para que estes possam ter suas próprias identidades e, ao longo de muitos anos, elaborou maneiras distintas para que os mais variados valores fossem transmitidos para as gerações seguintes.

Dentro dessa estrutura familiar e de sua diversidade de características, é possível observar que todas elas possuem um fator comum que é a existência de uma hierarquia, onde há a instituição de responsabilidades para cada membro, ou seja, cada indivíduo exerce determinado papel nesse grupo. Em destaque nessa hierarquia, estão os pais que recebem a incumbência de instruir e educar seus filhos, repassando a estes, certos valores, crenças e tudo aquilo que lhes foi ensinado de seus respectivos pais. Esse processo é chamado de intergeracionalidade e abrange não apenas os pais e os filhos, mas toda estrutura familiar envolvida. Do mesmo modo, tais conhecimentos, em outro momento, serão repassados para as gerações que se seguem e perpassarão de geração para geração (Baptista; Cardoso, 2020).

Essa base de valores, crenças e conhecimentos, formam uma herança familiar importante para cada um dos indivíduos, seja ela de forma positiva ou negativa, consciente ou inconsciente. Lacan (1981), fala da existência de uma hereditariedade psicológica da qual:

Ela estabelece assim entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Esta continuidade, se revela o artifício dos seus fundamentos nos próprios conceitos que definem a unidade de linhagem, a partir do totem até o nome do patronímico, também se manifesta pela transmissão à descendência de disposições psíquicas que confinam no inato [...] (p.11).

Esse legado familiar pode reverberar de forma significativa na educação dos filhos, de tal modo que, mesmo quando há a decisão de não prosseguir com determinados comportamentos, estes foram utilizados como pontos norteadores, ou serviram preliminarmente como modelos não “realizáveis” para estes futuros pais e, de certo modo, impactarão em sua própria parentalidade.

Assim, a partir do momento em que dois indivíduos resolvem se unir e decidem constituir uma família, ambos levam consigo tais processos intergeracionais, pois tem-se ali um emaranhado de sentimentos, de bagagens únicas e singulares, em outras palavras, a união de um casal está para além de ser, de forma simplória, a soma de duas identidades, mas sim a representação de um sistema complexo que suscitará em um terceiro sistema ainda mais intrincado e subjetivo que, conseqüentemente, formará um legado importante (McGoldrick; Shibusawa, 2016).

As relações conjugais e suas interligações com a parentalidade

A união entre os pais é um fator marcante no processo de desenvolvimento da parentalidade, pois advém muito antes da chegada de um filho sendo caracterizada pela forma como se tratam e como se alinham internamente, principalmente diante de certas dificuldades, bem como se harmonizam e lidam com seus passados, seus presentes e anseios futuros. Entretanto, como já discorrido anteriormente, salienta-se que

a formação de um casal envolve a junção de duas pessoas singulares, com histórias de vida distintas, sendo que cada um possui sua subjetividade, isso significar dizer que, tem-se ali duas visões de mundo que podem ser completamente diferentes, duas identidades individuais que se unem para formarem uma terceira: a identidade conjugal (Féres, 1998, 2005).

No decorrer da construção dessa nova identidade, o casal aprende a conviver com as diferenças, a realizar concessões, a contornar situações e, quando da decisão de terem filhos passam por um novo processo de aprendizagem para formarem um novo indivíduo, deixando de terem uma relação dual e passando para uma nova configuração que é a de triangulação (Passos, 2005).

Com o nascimento do bebê surgem demandas, por vezes desconhecidas para esses novos pais, o que pode revelar em outros arranjos, planejamentos e novas responsabilidades, apresentando-se então a parentalidade. Assim, a parentalidade é um termo utilizado para falar dos cuidados que os pais promovem a seus filhos, não apenas aqueles ligados à segurança, alimentação, educação, entre outros, mas para além disso, relaciona-se também com o acolhimento, carinho, afeto e outras formas de atender às necessidades dos filhos de ordem psicológica (Gorin et al., 2015).

Em relação ao atendimento dessas demandadas pelas crianças, observa-se que, mesmo na contemporaneidade, ainda há uma prevalência em nossa sociedade dos cuidados com os filhos estarem mais direcionados à mãe que é aquela que na maioria das vezes, é colocada socialmente para atender às necessidades dos filhos, principalmente nos primeiros anos de vida em que há uma dependência maior do bebê para com esta responsável. Entretanto se comparado com algumas décadas atrás, já é possível perceber um avanço nesse processo do cuidar, de modo que existe uma preocupação maior em partilhar tais responsabilidades com seus parceiros. Bowlby (1989) quando elaborou a Teoria do Apego e abordou questões relativas aos cuidados com as crianças, já enfatizava a importância da dedicação de ambos os pais nesse processo que demanda tempo e atenção, não sendo uma tarefa para apenas uma pessoa, mas que deve ser cooperativa a fim de evitar sobrecargas a um ou outro cuidador.

Contribuindo com esse pensamento, Papalia e Feldman (2013) falam de ambos os papéis no desenvolvimento dos bebês, destacando tanto a importância da mãe no atendimento às necessidades dos filhos de forma cuidadosa e afetuosa, quanto dos pais estabelecerem também essa relação direta de cuidado, proporcionando, assim, um adequado crescimento físico, cognitivo e social às crianças.

A presença desse cooperativismo é muito importante para que tanto a mãe quanto o pai possam ter condições físicas e psicológicas para desenvolverem-se e, também, desenvolverem seus filhos, de modo que estes cresçam com saúde, confiantes, felizes e bem-sucedidos. Para Bowlby (1989), entender esse sucesso no desenvolvimento dos filhos, envolve observar todas as variantes que estão presentes nesse entorno: “[...] precisamos conhecer não só a natureza de um bem-sucedido, mas também, as inúmeras condições sociais e psicológicas que influenciam, positiva ou negativamente, o seu desenvolvimento” (p.17).

Ao tratar a respeito do funcionamento familiar e das questões que podem impactar positivamente e negativamente essa instituição, Sanchez (2020) diz que quando há um compartilhamento de determinadas premissas básicas, o grupo se torna mais unido e integrado, constituindo-se ali um sentimento de pertencimento grupal. Logo, a existência de uma coesão entre os casais tem consequência direta no processo de desenvolvimento dos filhos que acabam apreendendo, por meio dessas experiências, como agir futuramente.

Contudo, a depender de como e quais habilidades sociais foram aprendidas e desenvolvidas pelas crianças em seus lares, as mesmas, ao crescerem, podem apresentar comportamentos e sentimentos positivos ou negativos que farão parte da sua constituição como um ser social.

Relação dos vínculos afetivos entre pais e filhos

No decorrer do desenvolvimento emocional e social, os pais são os primeiros modelos de funcionamento para as crianças e muito da forma de ver e socializar com outras pessoas terá tido como ponto de partida a maneira como trataram originalmente no entorno familiar, de tal modo que esta relação fornecerá informações importantes para constituição do seu repertório em lidar com quaisquer circunstâncias. Gazzaniga, Heatherton e Halpern (2018) enfatizam a relevância na construção destas interações, pois elas possuem, como fator principal, a imitação de comportamentos dados por outros seres humanos.

Na visão de Vygotski (1984), a relação do homem com o mundo se constitui não de forma passiva em que a criança apenas observa, imita e reproduz determinado comportamento, mas sim que existe um processo intercomplementar de troca, ou seja, apresenta-se nessa relação um compartilhamento mútuo de aprendizado. Nessa troca, ambos os envolvidos adquirem conhecimentos que se entrelaçam e formam uma maneira particular de perceber este mesmo mundo.

Essas interações sociais ocorrem durante todo o desenvolvimento de uma pessoa, iniciando nas famílias e seguindo por outros contextos sociais que cada indivíduo irá se inserir. Para Acuña e Lemos (2020), essa função social da família detém impacto importante na forma de relação que se estabelece com as outras pessoas e enfatiza que o ambiente familiar deve ser visto de forma integral, devendo evitar, assim, adoecimentos psíquicos e primando pela saúde psicossocial das pessoas.

A família como o primeiro grupo social tem funções inerentes essenciais para o desenvolvimento e o estabelecimento das relações com os demais. “[...] É a vida, em sua multidimensionalidade, que desafia uma formação que considere não somente a pessoa, mas os grupos com os quais irá interagir ao longo da existência” (p.64).

Desta forma, todo conjunto de aprendizado adquirido por meio dessa instituição familiar, no transcurso da evolução psicossocial da criança, possui forte relação daquilo que foi ensinado pelos pais, direta ou indiretamente, com determinados fatores que podem causar adoecimentos psíquicos, principalmente quando há a prevalência de uma parentalidade negativa onde há presença de violência ou conflito capazes de emergirem sentimentos de insegurança, falta de confiança, baixa autoestima, formas negativas de lidar com determinadas situações, comportamentos violentos, o uso de métodos agressivos de correção aos filhos, de modo que esses fatores possam gerar grande ansiedade e também processos de apatia e até depressão na vida adulta desta criança (Madalena; Falcke, 2020).

Winnicott (2023) quando tratou a respeito do desenvolvimento de uma criança e pensando em fornecer instruções à sociedade quanto ao estabelecimento de um ambiente seguro e confiável, destacou que:

Cada indivíduo surge, desenvolve-se e torna-se maduro; não se pode considerar a maturidade adulta como algo separado do desenvolvimento anterior. Esse desenvolvimento é extremamente complexo, e transcorre de modo contínuo desde o nascimento, ou desde antes, até a velhice, passando pela idade adulta. Não podemos pensar em relegar nada a segundo plano, nem as ocorrências da infância inicial, nem mesmo as da primeiríssima infância (p.36).

Em consonância com esse pensamento e trazendo para a contemporaneidade, onde figuram-se anseios por uma visão mais ampla quanto aos cuidados aos filhos, no qual ambos os responsáveis detenham de modo conjunto o compartilhamento de tais demandas, Becker e Crepaldi (2022) falam que a partir do momento em que é fornecido às crianças um ambiente seguro, acolhedor, onde há a prevalência do afeto e do respeito, ao chegarem na fase adulta, revelam-se pessoas mais confiantes em si mesmas e nos outros, apresentam mais paciência e são mais tolerantes consigo diante certas dificuldades e também quanto à diferenças alheias

MÉTODO

Caracterização da pesquisa

Nessa seção serão abordados todos os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa, descritas e fundamentadas para uma melhor compreensão dos procedimentos adotados assim como detalhará cada procedimento necessário para o alcance dos objetivos do qual, estabeleceu-se a análise da correlação entre a intergeracionalidade com a parentalidade exercida nas famílias Ludovicenses, bem como de que maneira as relações conjugais podem impactar neste processo parental. Desta forma, a presente pesquisa teve como finalidade ser uma pesquisa básica estratégica, tendo como procedimento técnico o levantamento de campo com propósito exploratório. Conforme caracterização dada por Gil (2017), a pesquisa exploratória tem por objetivo gerar hipóteses com base em um problema levantado e o tornar mais familiar e explícito.

Para análise das informações coletadas, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa que, segundo Flick (2009, p.21), possui a intenção de “mudar a questão em estudo ou produzir conhecimento relevante em termos práticos, ou seja, produzir ou promover soluções para problemas concretos”. Desta forma, esta

pesquisa teve como propósito a análise dos fenômenos observáveis decorrentes de algumas interações familiares, tratando-se assim de um trabalho que visa gerar novos materiais para uma melhor difusão do tema, para os pais e/ou responsáveis pela criação das crianças, à sociedade em geral, à própria pesquisadora, bem como à comunidade acadêmica.

População, amostra e processo de recrutamento

A coleta de dados inicial ocorreu por meio de questionário sociodemográfico ao qual obteve participação de um total de 12 respondentes. Entretanto, em virtude de incompatibilidade de agendas, tanto da pesquisadora quanto dos participantes, só foi possível seguir com as entrevistas para 08 respondentes ficando estes enquadrados nos critérios de inclusão: casais com idades entre 25 e 50 anos, brasileiros, que vivam juntos e tenham filhos de até 12 anos de idade, residentes em São Luís do Maranhão e que se autodeclararam heterossexuais.

O uso do critério de idade dos casais se deu em virtude de serem considerados de gerações diferentes, envolvendo jovens adultos e adultos de meia idade com certo grau de estabilidade financeira e psicológica para constituição de uma família. Quanto à idade dos filhos, o estabelecimento ocorreu em virtude de estarem na faixa etária considerada como primeira infância.

A amostragem foi não probabilística, portanto, a escolha da amostra se deu por conveniência, desta forma, o envolvimento dos participantes levou em consideração a disposição e disponibilidade em responder às perguntas levantadas, o que nesse caso ocorreu em virtude da proximidade e acesso da pesquisadora, que é mãe, a outros pais.

Para os critérios de exclusão, foram considerados: pessoas residentes fora de São Luís do Maranhão, com idade inferior ou superior ao estipulado, mães ou pais solos, separados e/ou que morem em residências separadas, que tenham filhos com idade superior ao definido.

Desta forma, seguiram na pesquisa 04 casais, onde a maioria apresentou idades na média dos 40 anos. Quanto ao tempo de relacionamento conjugal a média foi de 16 anos, variando entre 11 e 21 anos. Ao se referirem à quantidade de filhos, apenas 02 casais informaram ter somente 1 filho e um outro casal informou que um dos filhos possui idade acima de 12 anos.

Em relação à escolaridade, a maioria dos participantes informou ter igual ou acima do nível superior completo, sendo 03 respondentes com especialização e 02 com mestrado. A renda familiar informada por todos os participantes, foi de acima de 05 salários-mínimos, sendo que a maioria dos respondentes possui uma atividade laboral remunerada, de modo que somente uma participante não o faz.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

CASAL	SEXO	NOME*	IDADE (ANOS)	ESCOLARIDADE	RENDA MENSAL (R\$)	OCUPAÇÃO	TEMPO DE UNIÃO (ANOS)	Nº DE FILHOS TOTAL	Nº DE FILHOS ATÉ 12 ANOS
CS1	F	Margarida	42	Mestrado	Acima de 5 salários mínimos	Professora	19	2	2
	M	Pedro	42	Mestrado	Acima de 5 salários mínimos	Assessor técnico	19	2	2
CS2	F	Angélica	45	Especialização	Acima de 5 salários mínimos	Profissional de saúde	21	3	2
	M	Mateus	42	Superior completo	Acima de 5 salários mínimos	Consultor de planejamento	21	3	2
CS3	F	Rosa	35	Especialização	Acima de 5 salários mínimos	Enfermeira	11	1	1
	M	Lucas	39	Especialização	Acima de 5 salários mínimos	Gestor de contratos	11	1	1
CS4	F	Melissa	40	Superior completo	Acima de 5 salários mínimos	Do lar	13	1	1
	M	Tiago	45	Superior completo	Acima de 5 salários mínimos	Eleto-técnico	13	1	1

*Nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa de campo (2024).

Antes de responderem aos dados acima, os participantes receberam um convite, por meio de mensagem formal, contendo dados importantes da pesquisa, tais como tema, objetivo, benefícios e riscos que foram encaminhados via aplicativo de mensagem chamado WhatsApp.

Instrumentos, procedimentos de coleta e local do estudo

A coleta de dados aconteceu em duas etapas, sendo a primeira por meio de um questionário eletrônico e a segunda através de uma entrevista semiestruturada. Na primeira etapa o questionário foi aplicado de forma online (*forms* do Google), onde os casais responderam seus dados sociodemográficos e, também de seus pais. Na segunda etapa, foi realizada uma entrevista semiestruturada em que os participantes responderam a questões relativas ao processo de criação/educação, valores morais e éticos, cuidados, qualidade das relações, processo disciplinar, entre outras. Todas as perguntas foram respondidas pelos pais, de forma individual, de modo que estes puderam trazer suas visões pessoais sobre a percepção da forma que foram criados enquanto crianças e de que maneira eles procedem com a educação dos seus filhos atualmente.

A entrevista semiestruturada ocorreu de forma presencial nas residências dos entrevistados, conforme alinhamento de agenda para cada pessoa e foi gravada, mediante autorização assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e autorização para registro de gravação, para uma melhor descrição e posterior análise dos relatos de cada participante.

Aspectos éticos

A realização da pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP por meio de parecer favorável de nº 6.982.681 e CAAE 80681324.3.0000.5084. Após a aprovação pelo CEP, deu-se início a coleta de dados. Os participantes que seguiram os critérios de inclusão e que aceitaram participar da pesquisa, realizaram a assinatura dos seguintes documentos: a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE; e b) Autorização para a Gravação da Entrevista Semiestruturada. Ademais, esta pesquisa seguiu as normas estabelecidas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS que trata a respeito da regulamentação de pesquisas envolvendo seres humanos.

À pesquisadora, coube explicitar os riscos e/ou desconfortos inerentes à pesquisa, que neste caso estavam relacionados ao contato a conteúdos que poderiam ser desagradáveis com potencial de gerarem sentimentos de tristeza e/ou culpa, sejam relacionados às suas histórias de vida ou aos seus processos parentais. Entretanto, o benefício de poder explorar mais as questões relativas a um processo parental mais positivo e gerando novos conhecimentos científicos à população de um modo geral, supera tais desconfortos. Deste modo, toda pesquisa seguiu de forma humanizada, acolhedora e fazendo uso de linguagem clara e escuta ativa.

Análise de dados

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, com base na técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa técnica funciona em três etapas bem detalhadas para uma melhor extração das informações. A primeira etapa é chamada de pré-análise e tem como objetivo principal a organização da pesquisa e, por meio desta organização, ser possível operacionalizar e sistematizar as ideias que surgiram inicialmente. Assim, realizou-se a escuta de todo conteúdo gravado e procedeu-se com a transcrição das falas dos participantes.

A segunda etapa é chamada de exploração do material e trata do processo de esmiuçar todas as informações coletadas e categorizá-las. Desta forma, de posse das falas transcritas, foram implantadas categorias que se interligam os objetivos definidos na pesquisa, gerando assim cinco tópicos que serão explorados e detalhados no tópico a seguir.

A terceira e última etapa é chamada de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que consiste em lapidar os resultados brutos encontrados e realizar a síntese e seleção dos resultados para que inferências sejam feitas e por conseguinte a interpretação destes resultados (Bardin, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

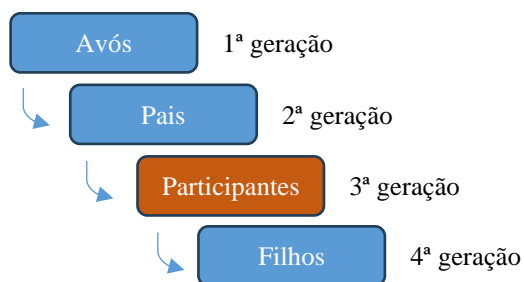
A presente pesquisa de campo buscou entender como a intergeracionalidade impacta no processo parental e, de que maneira, as relações conjugais podem influenciar no desenvolvimento psicossocial dos filhos de modo a prevenir possíveis adoecimentos psíquicos. As perguntas foram estruturadas de modo que os participantes puderam relatar histórias familiares tomando como base os seguintes itens:

- Histórias que os pais dos participantes compartilharam a respeito da criação dos seus avós;
- Processo educacional que os avós aplicaram com os pais dos participantes;
- Como os participantes perceberam suas próprias experiências enquanto filhos; e
- Como os participantes procedem em seu próprio processo parental.

Desta forma, todas as perguntas realizadas por meio da entrevista semiestruturada, trouxeram como ponto de partida a percepção dos participantes quanto às suas vivências pessoais, ou seja, levou em consideração a compreensão de suas histórias de vida, impregnadas muitas das vezes, por sentimentos e emoções relevantes que serviram de norte para que estes possam ser quem são hoje: além de filhos, pais.

Com base nas respostas, foi possível entender como o processo de educação foi internalizado nas seguintes gerações (Figura 1):

Figura 1 – Apresentação das gerações por meio da narrativa dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa de campo (2024).

Os resultados permitiram a construção de cinco categorias: 1) Valores morais, éticos e práticas parentais; 2) Atividades domésticas e cuidados com os filhos; 3) Processo disciplinar; 4) Relação conjugal; e 5) Relação entre pais e filhos.

Todas as categorias estabelecidas se relacionam com o objetivo geral da pesquisa que é a intergeracionalidade e, por meio das falas, foi possível compreender determinados padrões que foram continuados, bem como também a presença da intencionalidade pela mudança de outros comportamentos que remetem a momentos vivenciados negativamente pelos participantes enquanto filhos e, que por isso, almejam aplicá-los de uma outra maneira em seus processos parentais, conforme será discorrido nos tópicos a seguir.

Valores morais, éticos e práticas parentais

Conforme já mencionado anteriormente, a intergeracionalidade é um dos fatores que se interliga às demais categorias que serão tratadas aqui e, se mostrou presente nas narrativas de todos os participantes, principalmente quando da apresentação dos valores julgados importantes para cada um dos respondentes.

Desta forma, foi possível realizar um levantamento de quais valores morais e éticos se fizeram presentes, primeiramente no processo educativo de seus pais e, posteriormente nos dos participantes enquanto executantes desta mesma função parental, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 2 – Valores morais e éticos intergeracionais.

Nome*	1ª Geração Avós dos participantes	2ª Geração Pais dos participantes	3ª Geração Participantes
Margarida	Honestidade Cumprir com a palavra Cuidar do outro	Honestidade Cumprir com a palavra Cuidar do outro	Honestidade Respeito Disciplina
Pedro	Honestidade Inteligência Coragem Respeito a autoridade	Honestidade Inteligência Coragem Respeito a autoridade	Honestidade Inteligência Justiça Respeito a autoridade
Angélica	-	Responsável Respeito Independência	Responsável Respeito Independência Confiança Ser positivo
Mateus	Trabalhador Coragem Foco	Trabalhador Coragem Foco União	Trabalhador Honestidade Humildade Integridade
Rosa	Honestidade Respeito	Honestidade Respeito Cuidado com o próximo	Honestidade Respeito
Lucas	Responsabilidade Honestidade Trabalhador	Responsabilidade Honestidade Trabalhador	Responsabilidade Honestidade Trabalhador Ter moral
Melissa	Respeito	Respeito	Respeito Confiança
Tiago	Honestidade	Honestidade	Honestidade Respeito Cuidar do outro

Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa de campo (2024).

Observou-se que os principais valores presentes na 1ª geração se mantiveram até a 3ª geração e que, com o passar do tempo, em virtude de momentos históricos e culturais distintos, novos valores foram sendo adicionados, tais como confiança, integridade, cuidado com o outro, justiça, entre outros.

Essa construção histórica e cultural aconteceu de forma gradativa tendo visões bem distintas das existentes na contemporaneidade, como por exemplo a mudança de entendimento quanto à criança, que era vista como alguém capaz de cuidar de si própria e que, em decorrência disso, auxiliava em diversas atividades domésticas e laborativas exercidas por seus pais. Outro importante ponto foi o início da participação do poder público com um olhar mais voltado à saúde das mulheres, adolescentes e crianças, com o intuito de gerar maior qualidade de vida às famílias (Brasil, 2011; Araújo, 2014).

Diante dessa mudança de concepção, iniciou-se o processo de adição de novos valores e de novas práticas parentais – baseadas no afeto, na conversa e no respeito, buscando entender as demandas subjetivas das criança – favorecido pela disseminação do conhecimento em virtude do acesso a conteúdos científicos relacionados ao processo de desenvolvimento humano, antes mais restritos aos ambientes acadêmicos e também pela troca ofertada na interação com outras famílias, permitindo que o aprendizado de novas formas de educação fosse difundido e utilizado, ratificando as ideias de Vygostki (1984) quanto à sua visão de construção de um indivíduo que está constantemente realizando trocas com seu meio.

Essa modificação de percepção quanto ao desenvolvimento infantil, possibilitou a transformação de atitudes antes mais distantes e rígidas dos pais para com os filhos para uma adoção de comportamentos que

proporcionassem maior proximidade, maior afetividade e demonstração de carinho entre os membros da família.

Nesse contexto, ao serem questionados a respeito de comportamentos ligados às práticas parentais como por exemplo demonstração de afeto, uso de conversas instrutivas, lazer e convívio familiar, os participantes relataram com alegria e nostalgia a vivência desses momentos, bem como expressaram o desejo em mantê-los no desenvolvimento dos seus filhos. Ao falarem de comportamentos e/ou características que eles percebiam em seus pais e que também percebiam em si mesmos, todos os respondentes relataram que viam de forma muito clara em suas vidas essa similaridade de atitudes, como o relato da participante Melissa (CS4):

As coisas que eu procuro melhorar é baseado na relação que eu tive com meus pais, relacionado ao exemplo que eu tive com meus pais e que eu tento melhorar, o que achei bom eu continuei [...] a gente sempre traz um pouco dos nossos pais, não tem jeito, tá ali na nossa base de informação, alguma coisa vem [...] Não é uma coisa que "ah, eu vou fazer igual minha mãe fazia, igual meu pai fazia". Não! Quando eu vejo já foi.

Já em relação a comportamentos entendidos por eles como errados e/ou como algo a não serem replicados em seus processos parentais, os participantes relataram tê-los como modelos a não serem seguidos, em uma tentativa de realizar a quebra do ciclo de tais atitudes, como é o caso da respondente Margarida (CS1) ao qual relatou que sua mãe apresentava um comportamento que ela não considerava como adequado e que, com base em sua experiência com tal ação, busca não replicar em seu processo parental que é a comparação entre os filhos. A respondente disse que quando criança, passou por isso e se sentia mal quando era comparada, assim como, quando era usada como um "modelo" pelas mães de suas amigas: "eu lembro que quando eu era criança, minha mãe dizia muito isso pra mim e não era legal [...] e eu também vi muitas outras mães de amiguinhas minhas fazer isso comigo".

Nesse mesmo pensamento, o participante Lucas (CS3), falou sobre a intenção, desde muito jovem, de não ter comportamentos similares ao seu pai, pois este era muito "ignorante e grosseiro" e diz que em relação a ensinamentos, como valores morais e éticos, ele não tem recordações de seu progenitor o instruir sobre tais assuntos:

De valor, pra te falar a verdade, não consigo me lembrar. Eu sei que muita coisa que papai ensinou sem saber foi dos erros que ele cometeu, eu sempre falo que é tudo que eu não quero fazer. Ser bom marido, bom pai é uma coisa que é prioritária na minha vida, porque ele não foi.

Para Santos (2015), os comportamentos dos pais no decorrer do processo educativo com os filhos, principalmente aqueles relacionados diretamente às práticas parentais, detêm papel importante, podendo estes serem modelos de condutas que geram consequente aprendizado pela prole. Segundo Weber (2012), é importante que haja uma reflexão dos responsáveis a respeito de suas experiências pois, quando não há a internalização das vivências infantis e, por conseguinte, a análise daquilo que foi repercutido enquanto crianças, ao chegar à fase adulta, o indivíduo acaba por vezes repetindo certos padrões comportamentais aprendidos com o exemplo de seus pais.

Desta forma, ao responderem o questionamento "Quais comportamentos você percebia em seus pais e que busca não replicar no processo educativo dos seus filhos?" os participantes demonstraram já ter havido a examinação destas vivências, e resolveram adotar condutas diversas em seus processos parentais, permitindo mais atenção e comunicação, maior cuidado e afeto, entre outras.

Atividades domésticas e cuidados com os filhos

Quanto à participação das atividades domésticas e cuidados com os filhos exercidas pelos pais durante a infância dos participantes, foi unânime as respostas quanto à percepção de predominância da mãe na execução de tais funções e a delimitação quanto ao que cabia de responsabilidade para cada um, conforme relato da participante Margarida (CS1) abaixo:

Ele fazia muito pouco, nossa senhora! [...] O que era muito a participação dele era a atividade da escola [...] isso ele tava mais presente [...] afazeres domésticos [...] zero! [...] eles fizeram uma divisão de tarefas mesmo, tipo assim “tu vai ficar em casa, cuidar de comida, cuidar de filho, não sei o quê, e eu vou trabalhar pra prover né”, então isso ficou muito claro [...] o que ele fazia, que eu me lembro também muito desses episódios na minha infância, era manutenção em casa, tirar goteira do telhado, ajeitar o vaso sanitário que entupiu.

Esta fala não é única e faz parte dos discursos trazidos, principalmente, quando da apresentação da 1ª e 2ª geração, em que naquele período, ainda era mais presente o perfil patriarcal e machista, fomentado pelas teorias biológicas que atribuíam ao homem e à mulher distinções relacionadas ao sexo de nascimento – o homem com sendo sexo forte e a mulher como sexo frágil. No entanto, o movimento pela luta da igualdade de gênero em 1960/1970 teve grande impacto na forma de pensar da sociedade e, com gradativas discussões e modificações, a mulher adentrou ao mercado de trabalho, teve ensino acadêmico e o direito em participar e de se posicionar politicamente (Nicholson, 2000; Wang et al., 2006; Zanello et al., 2015), promovendo uma análise sobre a construção social de gênero.

Tal mudança pode ser percebida analisando o Quadro 1, onde 75% das mulheres participantes da pesquisa assinalaram possuírem trabalho remunerado, sendo que apenas 25% não o faz, mas detém formação superior, o que não era comum em períodos anteriores ao movimento feminista que busca por direitos mais igualitários entre homens e mulheres.

Ao falarem de suas realidades atualmente quanto a esses cuidados, os participantes expressaram falas mais igualitárias de divisão de tarefas, conforme demonstrado pelo participante Lucas (CS3): “A gente procura fazer. Inclusive a gente tem que, vai executar uma planilhazinha aí pra gente fazer as coisas mais divididas durante a semana pra final de semana a gente não precisar fazer. Então a gente sempre conversa a respeito disso pra otimizar nossa vida.”

Contudo, apesar de haver essa divisão de tarefas, que muitos mencionaram acontecer de forma natural, por meio da disponibilidade de cada um, é possível perceber, por meio de seus discursos, que apesar de o homem também realizar tais atividades, como explicou o participante Tiago (CS4) “não sei se é uma divisão igualitária, digamos assim né [...] eu até faço, só as vezes não é do jeito que ela quer [...] mas eu faço”, ainda é a mulher que executa com maior regularidade esses cuidados e, por vezes, conta com o apoio de uma empregada doméstica ou rede de apoio para atender às demandas com as crianças e com a casa, como é o caso da Margarida (CS1) que de forma descontraída elenca a participação do esposo nas atividades domésticas: “O café da manhã é uma coisa doméstica que ele faz, mas aí fica por aí”.

Cabe salientar que a não distribuição das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos, gera uma sobrecarga e, conseqüentemente, um desgaste maior à mulher que, além do trabalho externo, tem que fazer um 3º turno. Ressalta-se que a sobrecarga impacta não só como essas atividades irão transcorrer – se mais tranquilas ou com maior estresse envolvido – mas também no processo disciplinar, com uso ou não de correção física, na conjugalidade e na parentalidade, além de não permitir aos homens a construção dos vínculos parentais de forma mais ativa.

Processo disciplinar

O desejo de uma conduta diferente da recebida pelos seus pais e a construção de legislações com punições mais rígidas aos cuidadores, fizeram com que os participantes adotassem comportamentos menos violentos e mais pautados na comunicação e na instrução dos filhos.

Isto se observa nas respostas dos participantes quanto às perguntas relativas ao processo disciplinar utilizado pelos seus avós, pelos seus pais e por eles mesmos. A maioria dos participantes relatou que havia a conversa e o castigo, mas que também havia correção física quando a conversa deixava de ser eficaz, e que hoje em dia não é algo comum na sociedade. A participante Angélica (CS2) relata como era a conduta de sua mãe para correção dos filhos: “Era pisa, era pisa! Não tinha muita conversa não! Primeiro era pisa, depois era a conversa e aí depois era o castigo, era uma sequência”.

Outro ponto relevante nessa construção da disciplina, era quem exercia predominantemente essa condução de correção com os filhos e, na maioria dos relatos, a mãe é quem aplicava essa disciplina, sendo que ao pai cabia fazê-lo apenas em casos mais recorrentes de desobediência e/ou em conflitos mais extremos, haja visto estes estarem mais ausentes do lar durante o dia em decorrência de atividade laborativa. Nesse sentido, a participante Melissa (CS4) fala de sua percepção tanto em relação a sua mãe quanto de seu pai nesse processo disciplinar:

Eu sinto que faltou assim muito a palavra, dizer que me amava, carinho, essas coisas eu sinto que faltou da parte dela, né, mas eu também entendo [...] Meu pai era mais chameguento [...] meu pai sempre falava que amava, mas ele trabalhava o dia todo [...] Minha mãe era quem cuidava da gente, pra ela a paciência era mais curta [...] Era chinelo, era cipó, era cinto [...] Foram tantas, eu lembro de muita coisa, eu tenho uma boa memória, então eu lembro bem de várias. Eu apanhava pra não ir pra rua que eu gostava muito de brincar na rua [...] a última que eu apanhei eu tinha 18 anos [...] Era norma, tava já na rotina, mas eu não gostava [...] eu me revoltava, tinha vontade de fugir [...] pra mim me causava um sentimento de revolta.

Outro fator que contribuiu e contribui ainda atualmente para a manutenção dessa metodologia disciplinar com os filhos é o alto nível de estresse que os responsáveis vivenciam. Com o nascimento dos filhos, o casal passa por um processo de reestruturação em suas próprias percepções e por conseguinte em mudanças quanto aos sentimentos relacionados ao seu próprio bem-estar, constantemente interligados com diversos outros aspectos da vida familiar a considerar, além do casal, os pais, atividades laborais e as redes de apoio (Cowan; Cowan; 2016).

Conforme já mencionado, a implementação de leis mais rígidas que visam dar maior destaque aos direitos das crianças e proibir a violência contra essa população, como o exemplo da Lei nº 13.010/2014, conhecida como “Lei Menino Bernardo” (antiga lei da palmada) e que trouxe alterações importantes no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, foram importantes fatores que contribuíram para uma percepção diferente da sociedade quanto ao uso de métodos corretivos utilizados com os filhos. Desta forma, tais normativas buscam resguardar os direitos básicos preconizados na Constituição Federal, tais como direito a vida, educação, alimentação, lazer e respeito, colocando-as a salvo de qualquer tipo de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988; 2014).

Os participantes em suas respostas quanto às suas experiências infantis, atribuíram a si mesmos a responsabilidade pelas correções realizadas por seus pais, ou seja, o sentimento de autorresponsabilidade que podem estar relacionado com uma compreensão de honra pela educação recebida, sob a justificativa de que eram corrigidos porque eram crianças mais ativas ou mais difíceis de lidar, conforme expressou o participante Pedro (CS1): “Obviamente eu não era fácil [...] eu não era uma criança fácil de lidar, era muito problemático, tinha muita revolta, isso era verdade, isso eu tinha mesmo”. Esse mesmo discurso é compartilhado pelo participante Tiago (CS4):

Eu fiquei muito de castigo, apanhei um bucado, tinha muita energia também, não era dos mais comportados né, então aprontei muito [...] hoje até me valho disso. Por exemplo, eu ficava de castigo tinha que decorar a tabuada, uma coisa que hoje em dia a gente nem escuta mais ninguém falando de tabuada, mas eu aprendi tabuada naquela época desse jeito e tenho até hoje isso fixado na minha memória [...] então não era também uns castigos sem propósito, tinha um propósito ali, eu tinha que aprender alguma coisa, não era só ficar de castigo por ficar, pelo menos hoje eu imagino que seria isso na cabeça dele.

Apesar das correções que recebiam, todos os participantes falaram que hoje compreendem que a prevalência do uso da correção física fez parte da construção histórica e cultural da época, e que não criaram ressentimentos ou mágoas de seus pais em virtude disso, pelo contrário, apreenderam como algo necessário para que hoje fossem pessoas mais disciplinadas.

Entretanto, mesmo estabelecendo uma narrativa de não se sentirem magoados com tais condutas disciplinares, quando questionados a respeito do que sentiam quando eram disciplinados fisicamente, 62,5% dos participantes mencionaram o sentimento de vergonha, constrangimento, raiva e humilhação, 25% relataram que as conversas mais firmes tinham efeito de gerarem mais sentimentos de inadequação, pois

eram mais doloridas do que as punições físicas, e 12,5% disseram que não fazia diferença em relação a qual conduta disciplinar utilizada, ambas eram percebidas e sentidas da mesma maneira.

Desta forma, no exercício de suas parentalidades, quando da necessidade de correção, os participantes buscam promover uma reflexão por parte de seus filhos, estabelecendo uma compreensão dos motivos que possam amparar a mudança de atitudes tidas como inadequadas (Santos, 2015), conforme relato de Rosa (CS3) quando coloca seu filho de castigo em uma cadeira olhando para um desenho contendo um rosto triste para que este possa entender que tem o direito de ficar zangado ou triste com algo, mas que não deve agir por impulso e, por isso, ela e o esposo buscam conversar sobre quais atitudes são tidas como adequadas e inadequadas, ao invés de usarem punições físicas: "[...] disse que aquilo ali era um rostinho que ficava triste todas as vezes que ele fazia alguma coisa que não era legal. Então eu deixei ele sentado olhando pra esse rostinho pra ele refletir (risos) o quê que ele fez. Então assim, sempre que ele faz uma coisa errada que não é pra fazer a gente fala."

Corroborando com essa prática que visa gerar maior reflexão sem o uso de correções físicas, o seu esposo Lucas (CS3) reforça: "Não quero que meu filho tenha medo de mim, eu quero que ele me respeite".

Em estudo realizado com 150 casais do sul do Brasil, ficou evidenciado que casais que usam táticas de resolução de conflitos não destrutivas, apresentam também, em suas funções parentais, conduções não violentas (Bolze et al., 2019) o que corrobora com o relato do casal 3 e pelas práticas narradas pelos demais participantes da pesquisa.

Relação conjugal

Ao serem perguntados quanto à relação conjugal, os participantes descreveram como percebiam o funcionamento dessa dinâmica entre seus pais e de como esse sistema marital era compreendida por eles durante a sua infância.

Pelos relatos, a maioria dos participantes responderam que seus pais possuíam uma boa relação conjugal e que estes demonstravam menos carinho em suas interações, como dito pela participante Rosa (CS3) "Eu acho que meu pai ficava com vergonha né, de dar selinho na minha mãe na frente". Essa compreensão também se deu em virtude de os participantes não vivenciarem no dia a dia a presença de conflitos, conforme falou a participante Melissa (CS4): "Eu tenho eles como exemplo de casal, porque eu nunca vi eles brigarem".

Entretanto, apesar de pouca demonstração de afeto entre os casais no dia a dia – o que não quer dizer que não existiam – tais conjugalidades eram vistas com atitudes cotidianas pautadas no diálogo e no respeito mútuo, onde os conflitos eram resolvidos com brandura, equilíbrio e harmonia.

Assim, tendo essas vivências como experiência, os participantes buscaram em suas relações a apresentação de comportamentos similares, ou seja, de maior comunicação para alinhamento das necessidades individuais e de conversas regulares para resolução de conflitos conjugais e parentais.

A adoção de uma postura mais afetiva em seus lares, tanto com os cônjuges como com os filhos deixou de ser algo preservado e limitado à intimidade do casal, e passou a ser mais explícito, sentido e idealizado também por seus filhos o que gera grandes impactos na parentalidade dos participantes, como é o caso de Pedro (CS1) em que a filha mais nova diz a ele que tem o desejo de constituir uma família nos moldes que percebe a sua, tendo uma relação conjugal de muito carinho e demonstração de afeto, chamando o pai muitas das vezes de "grudento", fazendo assim com que o participante reitere isso em sua fala:

Eu acho que elas têm que ter uma referência até pra quando elas forem escolher um marido dizer: 'ó, eu não vou querer alguém que me trate mal, tem que ser alguém pelo menos parecido com papai'. É isso que eu quero que elas aprendam [...] saber escolher, poder considerar isso como um critério de escolha de um marido.

Desta forma, o uso de comportamentos afetivos entre o casal gera maior segurança para os filhos e, por conseguinte, servem de referências nas suas interações quando adultos, com a tendência destas crianças repetirem tais atitudes, estando diretamente relacionado a apegos infantis seguros (Bowlby, 1989).

As narrativas trazidas da percepção destas relações, foi um fator importante para a compreensão da forma que elas impactaram na parentalidade dos participantes, pois a grande maioria, as utilizou como modelos, ou seja, padrões de condutas mantidas em suas próprias relações.

Nas relações em que havia ausência de demonstração de afeto, coesão nas tomadas de decisão e harmonia entre os casais, os participantes relataram que de certo modo, as viam como modelos que não gostariam de seguir e outras pessoas figuraram em um papel de uma dinâmica mais carinhosa, como os exemplos dos participantes abaixo que utilizaram como um padrão de comportamento positivo, o funcionamento matrimonial de seus avós que eram as pessoas que participaram ativamente da educação deles e que ofertavam momentos de conversas instrutivas, demonstração de carinho com abraços, beijos e colo.

Era minha referência de figura materna [...] criou a gente como ela criou os filhos dela [...] era uma relação muito boa [...] O que eu lembro deles assim, é muito respeito um com outro, uma admiração de um com o outro, sabe?! Assim de um colocar o lugar do outro, que é importante: avó falar dele, ele falar da avó. (Pedro – CS1).

Meu avô é um paizão, maridão, então é nele que eu me espelho, de papai não teve como [...] meu avô até hoje, ele faz o café da vovó, bota na mesa [...] é um cuidado absurdo que ele tem com ela [...] ele ensina mesmo sem saber. (Lucas – CS3).

A adoção dos avós como figuras de apego seguro fez com que os participantes adotassem atitudes divergente de seus pais – alguns separados e/ou que mantinham interações conflituosas – bem como a interação com seus cônjuges que vivenciaram experiências distintas e que puderam contribuir para a mudança de um padrão anterior mais rígido, o que corrobora com estudos existentes (Marin et al., 2013).

Relação entre pais e filhos

Ao responderem à pergunta: “Como você caracteriza a relação com sua mãe durante a infância? E com seu pai?”, ao se referirem à mãe, 62,5% dos participantes relataram ter uma relação de “tranquila” a “excelente” e 37,5% de “rígida” a “conflituosa”. Ao falarem do pai, 50% descreveram esta relação de “distante” a “conturbada” e 50% de “respeitosa” a “afetuosa”.

Em relação às mães, das respostas tidas como “maravilhosa” e “excelente”, os participantes falaram com carinho de seus momentos com a mãe, como sendo uma convivência de muita proximidade, onde esta figurou como pessoa responsável por cuidar, ouvir e instruir de maneira zelosa e afetuosa, primando por uma comunicação aberta e estimulada, conforme relato da participante Margarida (CS1): “A relação com minha mãe na minha infância é maravilhosa, a minha mãe foi a pessoa que cuidou de mim [...] A minha mãe ela é assim realmente a pessoa que é meu abrigo”.

A relação classificada como “conflituosa”, deu-se com o fato da ausência, tanto da mãe quanto do pai do participante Pedro (CS1), em virtude de separação quando o respondente tinha 2 anos de idade sendo que ambos apresentavam vícios (farmacodependência e alcoolismo, respectivamente) e, onde os avós paternos figuraram como responsáveis pela criação deste participante, servindo como modelos de comportamentos que envolviam honestidade, coragem e respeito a autoridade:

Como a gente tinha essa dificuldade de pai né, e a gente dava trabalho também, uma das coisas que ela enfatizava muito é a questão de respeito a autoridade, mesmo sem ter instrução nenhuma é interessante que eles percebiam que a gente tivesse alguma dificuldade com autoridade, pelo fato de não ter referência direito de pai e de mãe eles percebiam que talvez a gente tivesse alguma dificuldade.

Ao retratarem a relação com os pais, os participantes que descreveram uma relação “distante”, “respeitosa” e “atenciosa”, tiveram na figura paterna uma vivência mais de distanciamento quanto ao uso de palavras carinhosas e/ou de presença física em virtude de os pais trabalharem e disporem tempo com os filhos apenas aos finais de semana, sendo muita das vezes descritos como “provedores”.

Este perfil de pai provedor estava muito relacionado ao legado sociocultural da época que delimitava os papéis de gênero, onde cada cuidador tinha funções específicas: a mãe era a cuidadora (do lar e dos filhos) e o pai era o responsável por trabalhar e trazer recursos financeiros para manter a família, fazendo com que o vínculo afetivo do homem com os filhos fosse frágil e/ou não existisse.

As relações tidas como “conflituosas” e “conturbadas” foram vivenciadas pelos participantes de uma forma muito negativa, principalmente em decorrência de comportamentos agressivos e do alcoolismo, conforme relato do participante Lucas (CS3): “Ele era bem grosseiro, bem estúpido mesmo pra dizer assim”.

Já as relações narradas como “afetuosa” possuíam como principal característica o carinho, o uso de instrução, na maioria das vezes, por meio de conversas não violentas e pelo bom humor que seus pais apresentavam no dia a dia, como é o caso da participante Melissa (CS4) que além de retratar seu pai como “chameguento”, presenciava muitos momentos de brincadeira do seu pai tanto com os filhos como com a esposa e esse comportamento também era percebido em seu avô: “O pai dele era igual, ele gostava de fazer brincadeiras também, então ele conta dessa relação com o pai dele de fazer brincadeira com a mãe dele e tal”.

Em suas parentalidades, os participantes expressaram possuir uma relação de muito afeto com os filhos com anseios de serem pais melhores do que os seus, conforme relato dos participantes Melissa (CS4) e Mateus (CS2):

Eu acho que sou mais afetuosa. Eu busco suprir essa necessidade que eu sentia na infância né, eu sentia... eu sentia essa necessidade de afeto por parte da minha mãe, então eu tenho isso [...] com mais demonstração de carinho, com mais eu te amo durante o dia, é uma coisa comum entre a gente (Melissa, CS4).

Eu acredito que eles recebem bem, por conta que eu faço comparação comigo, sabe!? Eles recebem muito melhor do que quando eu recebi (Mateus, CS2).

Tal desejo decorre não por entenderem que seus pais não os amassem, mas por pensarem diferente principalmente, em decorrência de suas lembranças enquanto crianças, do estabelecimento de uma relação conjugal satisfatória e harmoniosa e pelo processo de autoconhecimento, entendendo suas limitações e buscando suporte quando necessário, de modo a proporcionarem aos seus filhos, o estabelecimento de uma relação pautada no respeito, no carinho, no afeto e na conversa (Bowlby, 1989; Marin et al., 2013; Weber, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como a intergeracionalidade pode impactar a relação entre pais e filhos, avaliando, por meio das experiências vividas nas infâncias dos participantes, quais comportamentos de seus pais foram mantidos ou retirados na criação atual dos seus filhos, bem como analisar a importância da relação conjugal no processo parental. Desta forma, pretendeu-se identificar e compreender os fatores preditivos para uma parentalidade mais positiva e assim fortalecer o vínculo entre os membros da família de modo a evitar certos adoecimentos psíquicos.

Assim, por meio deste estudo, foi possível entender que para o exercício da parentalidade, diversos fatores podem influenciar na forma que os pais conduzem a criação de seus filhos, que podem estar relacionados com: i) a herança dos costumes e valores aprendidos e carregados das suas famílias de origem (intergeracionalidade); ii) em como as vivências individuais são compreendidas, ou seja, se foram experienciadas negativamente ou positivamente (subjetividade do aspectos emocionais); iii) o acesso e aquisição de conhecimentos relacionados à parentalidade de forma mais difundida aliada às práticas cotidianas (conteúdos parentais); e iv) a promoção da troca de experiências com seus cônjuges quanto às suas vivências infantis e em suas percepções atuais (conjugalidade e sentimento de pertencimento grupal).

Quanto à relação conjugal, cabe salientar a relevância desta união sobre os aspectos ligados à parentalidade dos participantes, não apenas pelo compartilhamento de aprendizados e anseios, mas principalmente pelo fato de o casal possuir entre si vivências pautadas em condutas que prezem pela comunicação, carinho e respeito para lidarem com os conflitos de forma harmoniosa, de modo que os filhos se sintam amparados e representados nas atitudes dos seus responsáveis e as utilizem como modelos originários para a manutenção de relações sociais saudáveis.

Todavia, é oportuno frisar que tal pesquisa teve algumas limitações metodológicas tais como a compreensão das vivências parentais de quatro gerações considerando apenas as experiências narradas pelos participantes já adultos, podendo essas memórias terem sofrido alguma mudança de percepção com o passar dos anos, bem como não proporcionar que as narrativas dessas diferentes gerações sejam fomentadas para enriquecer ainda mais a análise da pesquisa.

Outra limitação foi a não aderência de pessoas com escolaridade e situação econômica diversas, de modo que tal participação propiciaria uma análise mais aprofundada sendo possível observar o funcionamento de suas parentalidades e conjugalidades nos mais diversos grupos sociais. Esta limitação se deu, principalmente, em virtude da pesquisa ter tido uma amostragem não probabilística ocorrendo com uma amostra por conveniência, considerando os grupos parentais de acesso da pesquisadora, bem como a incompatibilidade de agendas que impediu a realização de entrevistas com outros casais.

Entretanto, ressalta-se que tais limitações não torna inválida a pesquisa, pois já existem outros estudos com amostras mais abrangentes que encontraram resultados semelhantes a esta.

Desta forma, recomenda-se que novos estudos sejam oportunizados para uma melhor compreensão dos fenômenos, principalmente por meio de estudos longitudinais e uso de outras técnicas para gerar dados que proporcionem uma análise mais aprofundada do assunto.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, David; LEMOS, Sônia. Vida familiar e saúde psicossocial. In: BAPTISTA, Makilim; TEODORO, Maylcoln. (org.). Psicologia da família: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: ArtMed, 2020. cap.6.

ARAÚJO, J. P. et al. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 67, n. 6, p. 1000-1007, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/rBsdPF8xx9Sjm6vwX7JLYzx/#ModalHowcite>. Acesso em 23 de out24.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAPTISTA, Makilim; CARDOSO, Hugo. Família e intergeracionalidade. In: BAPTISTA, Makilim; TEODORO, Maylcoln. (org.). Psicologia da família: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: ArtMed, 2020. cap.1.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out 2024.

_____. Lei 13.010 de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm#art2. Acesso em: 26 out 2024.

_____. Ministério da Saúde. Gestão e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: <https://rblh.fiocruz.br/sites/rblh.fiocruz.br/files/usuario/116/70ahsaudecrianca.pdf>. Acesso em 23 de out24.

BECKER, Ana Paula S.; CREPALDI, Maria Aparecida. Intergeracionalidade do apego infantil e reflexos na conjugalidade e parentalidade. Revista Contextos Clínicos. 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/24600>. Acessado em: 03 de set. 2024.

BOLZE, Simone D.A; et al. Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em família sul-brasileiras. Cienc. Psicol. Montevideo, v.13, n.1, p. 67-81, jun.2019. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212019000100067&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2024.

BOWLBY, John. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

COWAN, Philip A.; COWAN, Carolyn Pape. Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos filhos. In: WALSH, Froma. Processos normativos da família: diversidade e complexidade. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016. cap. 18.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/WGzgV8McnFxCvXdy3wndy4F/?lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2024.

_____. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO. 2005. p. 11-121.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: ArtMed. 2009. E-book. ISBN 9788536321356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321356/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPERN, Diane. *Ciência Psicológica* 5.ed. Porto Alegre: ArtMed. 2018.

GIL, Antônio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6.ed. São Paulo: Atlas. 2017.

GORIN, Michelle Christof; MELLO, Renata; MACHADO, Rebeca Nonato; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Rev. SPAGESP* [online]. 2015, vol.16, n.2, p.3-15. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002. Acesso em: 03 set 2024.

LACAN, Jacques. *A família*. 2.ed. Lisboa: Assirio & Alvin. 1981.

MADALENA, Marcela; FALCKE, Denise. Maus-tratos na infância e o rompimento do ciclo intergeracional da violência. In: BAPTISTA, Makilim; TEODORO, Maylcoln. (org.). *Psicologia da família: teoria, avaliação e intervenção*. Porto Alegre: ArtMed, 2020. cap.9.

MARIN, A. H. et al. Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 29, n. 2, p. 123-132, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/7MSbZbRTtKVQrBmrZvJL3fF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 29 out. 2024.

MCGOLDRICK, Mônica; SHIBUSAWA, Tazuko. O ciclo vital familiar. In: WALSH, From (org). *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade*. ArtMed. 2016. cap.16.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 28 out. 2024.

PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth. *Desenvolvimento humano*. 12.ed. Porto Alegre: ArtMed. 2013.

PASSOS, Maria Consuelo. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO. 2005. p.11-23.

SANCHEZ, Fátima. A família na visão sistêmica. In: BAPTISTA, Makilim; TEODORO, Maylcoln. (org.). *Psicologia da família: teoria, avaliação e intervenção*. Porto Alegre: ArtMed, 2020. cap.2.

SANTOS, Marília S.Pereira. Práticas educativas parentais e repercussões no comportamento de crianças. In: ZEGLIO, Carla; RODRIGUES JR, Oswaldo M. (org.). *Mães, pais, casais e famílias: Questões na análise do comportamento e terapia cognitivo-comportamental*. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2015. cap. 6.

VYGOTSKI, Levi. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 1984.

WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa S. Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista - Belo Horizonte*. v.12. n.19, p.54-65, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100006. Acesso em 28 out 2024.

WEBER, Lúcia. *Eduque com carinho – equilíbrio entre amor e limites*. 4.ed. Juruá. 2012.

WINNICOTT, Donald W. *Família e desenvolvimento individual*. (trad.) Marcelo Brandão Cipola. São Paulo: Ubu Editora. 2023. cap.3.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Revista de Psicologia. v.27, n.3, p.238-246, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em: 28 out.2024.

ZIMERMAN, David; OZÓRIO, Luiz. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.